

TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO

*Prefácio*  
Augusto Aras

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E  
PROPAGANDA ELEITORAL  
REFLEXÕES JURÍDICAS  
A PARTIR DA JURISPRUDÊNCIA  
DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Belo Horizonte

**FÒRUM**

CONHECIMENTO JURÍDICO

2020

# SUMÁRIO

PREFÁCIO	
AUGUSTO ARAS .....	15
APRESENTAÇÃO.....	19
INTRODUÇÃO .....	21
CAPÍTULO 1	
LIBERDADE DE EXPRESSÃO: BRASIL E PORTUGAL .....	25
1.1 Considerações iniciais e localização do tema .....	25
1.2 Liberdade de expressão no Direito brasileiro .....	26
1.2.1 Natureza jurídica de (princípio constitucional).....	26
1.2.1.1 A função dos princípios na contemporaneidade jurídica .....	26
1.2.1.2 Direito Eleitoral constitucionalizado .....	28
1.2.1.3 Riscos da aplicação desmesurada de princípios como o da liberdade de expressão .....	33
1.2.1.4 Impactos dos princípios no sistema (constitucionalizado e mal sistematizado) de Direito Eleitoral .....	35
1.2.2 Conteúdo jurídico.....	36
1.2.3 Extensão e limites .....	40
1.2.4 A liberdade de expressão na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	43
1.3 Direito português .....	47
1.3.1 Algumas notas doutrinárias sobre a liberdade de expressão no contexto do Direito Constitucional de Portugal .....	47
1.3.2 As contribuições jurisprudenciais acerca do tema liberdade de expressão.....	53
1.3.2.1 Lopes Gomes da Silva c. Portugal (28.9.2000).....	55
1.3.2.2 Caso Leonel Azevedo c. Portugal (27.3.2008).....	58
CAPÍTULO 2	
A LIBERDADE DE EXPRESSÃO PROJETADA NO DIREITO ELEITORAL .....	59
2.1 O Direito Eleitoral português.....	59
2.1.1 Principais características do Direito Eleitoral português .....	59
2.1.2 Princípios constitucionais gerais do Direito Eleitoral português.....	64
2.1.3 O princípio da liberdade no Direito Eleitoral português .....	65
2.1.4 A propaganda no Direito Eleitoral português .....	66
2.1.5 A divulgação de sondagens e de inquéritos de opinião.....	70
2.1.6 O direito de antena em Portugal.....	72
2.2 O Direito Eleitoral brasileiro.....	75
2.2.1 Considerações iniciais.....	75
2.2.2 A Justiça Eleitoral brasileira.....	79
2.2.3 Algumas projeções específicas da liberdade de expressão no Direito Eleitoral do Brasil.....	83
2.2.3.1 Promoção pessoal na publicidade institucional .....	83
2.2.3.2 Imunidade parlamentar e propaganda eleitoral negativa antecipada .....	95
2.2.3.3 Pesquisas eleitorais.....	102
2.2.4 WhatsApp e eleições (2018): o caso brasileiro.....	113
2.2.5 A jurisprudência como fonte do Direito Eleitoral brasileiro .....	116
2.2.5.1 A jurisprudência como fonte do Direito .....	117
2.2.5.2 A jurisprudência nos sistemas da <i>common law</i> e da <i>civil law</i> .....	118
2.2.5.3 A jurisprudência no quadro brasileiro atual.....	119
2.2.5.4 A aplicação supletiva e subsidiária do NCPC aos feitos eleitorais .....	121

## CAPÍTULO 3

### LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PROPAGANDA ELEITORAL À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

3.1	Considerações preliminares.....	125
3.2	Liberdade de expressão e propaganda eleitoral pelas lentes do TSE .....	126
3.2.1	Considerações iniciais.....	126
3.2.2	Imprensa escrita.....	128
3.2.3	Televisão e rádio .....	135
3.2.4	<i>Outdoor</i> .....	141
3.2.5	Internet.....	144
3.2.6	Discurso de ódio ( <i>hate speech</i> ) e propaganda negativa.....	153
3.2.7	Humor.....	160
3.2.8	<i>Fake news</i> .....	165
3.2.9	Religião .....	175
3.3	Resoluções (recentes) do TSE com afinidade ao tema liberdade de expressão nas propagandas eleitorais .....	185
	CONCLUSÃO.....	191
	REFERÊNCIAS.....	201